

11

Exigência da função paterna na ordem psíquica

Fernanda LEAL: fernandaleal@matern.com.br

CV: <http://lattes.cnpq.br/3500579878356909>. Mestre em Família na Sociedade Contemporânea/UCSal.

BSTRACT RESUMO ABSTRACT RESUMO ABSTRACT



Resumo	O presente artigo propõe-se como uma reflexão acerca da função paterna, que pode ser compreendida mediante o <i>Complexo de Édipo</i> freudiano, a partir da diagnose estabelecida por Lacan em seu texto <i>A família</i> de 1938. Essa reflexão é realizada dentro de uma perspectiva interdisciplinar, na qual se contempla, ao mesmo tempo, autores da sociologia, história, psiquiatria e psicanálise.
Palavras-chave	Função paterna, <i>Complexo de Édipo</i> , família contemporânea, declínio da imagem paterna.
Abstrac	This article proposes itself as a reflection on the paternal function, which can be understood from the Freudian Oedipus complex, from the diagnosis established by Lacan in his text <i>The family</i> of 1938. This reflection is performed within an interdisciplinary perspective, which includes at the same time, authors of sociology, history, psychiatry and psychoanalysis.
Keywords	father function, Oedipus complex, contemporary family, the decline of paternal image.

Desde os primórdios de seus estudos psicanalíticos, Lacan já manifestava seu interesse pela família, tendo publicado, em 1938, um artigo intitulado *A família*, posteriormente vindo à luz sob o título *Os complexos familiares na formação do indivíduo* (1984). Ali, o papel da família está além da função de transmissão da cultura. Há uma relação explícita entre a organização familiar e a constituição psíquica do sujeito, que Lacan justifica num retorno a Freud: “*Tendo em vista o número das relações psíquicas a que interessa, o Complexo de Édipo [...] impõe-se aqui – e ao nosso estudo, pois que ele define mais particularmente as relações psíquicas na família humana...*” (LACAN, 1987[1938], p. 45). Mas antes de contextualizar esse retorno a Freud em Lacan, vale ressaltar que, nesse contexto da família que o autor trata em 1938, algo mais se destaca que nos remete ao debate exaustivo na atualidade, a saber, o declínio do pai.

Na letra de autores contemporâneos (HURSTEL, 1999; LEBRUN, 2004; ROUDINESCO, 2003; ZAFIROPOULOS, 2001, 2007), a ênfase é colocada sobre o declínio da função simbólica do pai. Esse tema, no entanto, ganha uma perspectiva peculiar em Jacques Lacan, no referido artigo de 1938. Nesse texto, Lacan debatia a realidade de outro declínio: o da imagem social do pai como responsável por uma série de efeitos tanto sociais quanto subjetivos – debate que vemos estender-se em outros textos do mesmo autor. Que elementos matizam a análise lacaniana, aqui tomada como contraponto e passo mais avançado relativamente a esses mesmos autores, em cuja reflexão há pouco espaço para entabular a relação causal entre declínio da figura paterna e declínio da função simbólica do pai? Por que são dois declínios irredutíveis um ao outro? E em que Lacan garante essa irredutibilidade?

Essas interrogações nasceram de questionamentos a respeito do declínio da função paterna, declínio tão propalado na literatura especializada. A leitura de autores da Filosofia, da Psicanálise, da Psiquiatria e da Sociologia que se propõem a compreender e analisar o crescente número de curiosos fenômenos, que dizem respeito à família e ao homem contemporâneo, parecem enunciar, com clareza, o que caracteriza o declínio do pai. Cada um desses autores, aqui arrolados, colabora, a seu modo, para enriquecer a reflexão pretendida neste trabalho, sobre o declínio da imagem social e da função simbólica do pai, seus efeitos sobre o sujeito e sobre a família da sociedade contemporânea. Contudo, na lógica interna de seus discursos, a preocupação relativa à distinção entre o dado sócio-cultural da vulnerabilidade da figura do pai e a natureza da função psíquica deste, no ordenamento subjetivo, parece estar ausente. Esta sensibilidade, em sintonia com os resultados da investigação de mestrado, é possível ser conferida no pensamento de Lacan. Recorramos, portanto, à demonstração desse elemento.

A Sociologia proposta pela Escola de Frankfurt, com Max Horkheimer, contribui com reflexões a respeito do estatuto da autoridade na família burguesa. Este sociólogo considera que o afrouxamento das relações de dependência de uma unidade familiar se constitui em um dos maiores perigos que uma sociedade pode enfrentar, sendo tal afrouxamento o indicativo de fragilidade dessa mesma sociedade (HORKHEIMER, 2006, p. 194).

A ênfase na letra do autor recai sobre a existência de uma autoridade sustentada “*não pela realização de juízos de valor morais, mas pela hábil adaptação às circunstâncias*” (*Ibid.*, p. 220). Segundo Horkheimer, é essa adaptação às circunstâncias que favorece a autoridade do pai sobre os filhos na sociedade burguesa, e que não

passa de mera necessidade econômica que torna o filho dependente do pai, uma vez que ele é o detentor dos recursos provedores da família, e, portanto, portador dos meios concretos para adquirir os mais desejados objetos de consumo: “*Submeter-se aos desejos do pai porque este tem dinheiro é a única coisa racional, totalmente independente de qualquer ideia sobre as qualidades humanas*” (Ibid., p. 220).

Nesse estudo sobre a autoridade e família, Horkheimer reconheceu que a autoridade do pai, sustentada pelas contingências da sociedade de consumo pequeno-burguesa, transformando-se num modelo para as gerações seguintes, aumentou diretamente a submissão voluntária “...a qualquer chefia, desde que esta seja classificada como poderosa” (Ibid., p. 222), produzindo sujeitos incapacitados de uma reflexão crítica e consciente da realidade. Diagnostica o autor:

Os tipos humanos que predominam hoje não foram educados para chegar à raiz das coisas e tomam a aparência pela essência. Por meio do pensamento teórico, eles não são capazes de ir, por conta própria, além da mera constatação... (Ibid., p. 220).

Os tipos humanos que, segundo Horkheimer (2006), predominam hoje – indivíduos alienados, incapazes de análise crítica com relação a sua própria realidade – denunciam não só a importância do estatuto da autoridade do pai na definição do tipo de sociedade, mas também as alterações a que está sujeita a estrutura psíquica do indivíduo diante dessa autoridade. É o próprio sociólogo quem ratifica essa constatação: “*As modificações na estrutura psíquica que caracteriza não só as culturas individuais, mas também dentro de cada grupo isolado determinado por elas, [...], foi ditado pela necessidade econômica*” (Ibid., p. 178). Na sociedade burguesa é a economia, portanto, quem governa os valores, as instituições culturais burguesas e as estruturas subjetivas. Considerando que essa economia funciona de acordo com suas necessidades, visando sempre ao lucro e ao acúmulo de riquezas em detrimento do bem-estar do sujeito e da comunidade, a sociedade burguesa, por outro lado, permanece, conseqüentemente, em eterna mudança, uma vez que segue as contingências de sua própria prática econômica.

Se a instabilidade é uma qualidade da sociedade burguesa, ela não está menos presente nas famílias dessa sociedade, como o próprio Horkheimer assinala: A família, que tem importância predominante na formação psíquica dos indivíduos, “*muda sua estrutura e sua função tanto de acordo com períodos isolados quanto também segundo os grupos sociais*” (p. 235). No entanto, segundo o sociólogo, existem traços e tendências inerentes à família burguesa, “*que são indissolúveis do fundamento da sociedade burguesa*” (p. 235), a saber, a educação de caracteres autoritários, os quais a família está apta a oferecer com base em sua própria estrutura autoritária. Sendo assim, quando os interesses do poder econômico burguês se chocam com o que esta instituição pode oferecer, esbarrando no seu limite de adequação à economia, a família fica à mercê de sua própria dissolução. Em suas palavras:

Enquanto no apogeu do período burguês havia uma fecunda interação entre família e sociedade, no sentido de que a autoridade do pai era fundamentada pelo seu papel na sociedade e a sociedade renovada com o auxílio da educação patriarcal para autoridade, a família naturalmente imprescindível torna-se agora um problema de mera técnica governamental. [...] Ela

instituí a o embrião da cultura burguesa, que tanto quanto a autoridade era viva nela. Este todo dialético de generalidade, especialidade e particularidade se mostra agora uma unidade de forças divergentes. O elemento destrutivo da cultura ressalta com maior força sobre o elemento conservador (HORKHEIMER, 2006, p. 236).

Horkheimer compreende, assim, o declínio do pai como a manifestação de uma crise da família burguesa, pois, se o pai, com sua educação patriarcal, era indispensável para a economia capitalista do período burguês, ele deixa de ser necessário aos avanços dessa mesma economia.

Em 1938, no artigo já citado, *A família* (1987), Lacan exprime uma analítica aparentemente semelhante diante do declínio do pai, como indicam suas próprias palavras: “*Seja qual for o futuro, este declínio constitui uma crise psicológica*” (LACAN, 1987, p. 62). Declínio este que Lacan analisa com termos curiosamente próximos aos de Horkheimer:

Declínio condicionado pelo retorno sobre o indivíduo de efeitos extremos do progresso social, declínio que se manifesta, sobretudo, nos nossos dias, nas coletividades mais atingidas por esses efeitos: concentração econômica, catástrofes políticas (Ibid., p. 62).

Declínio que Lacan relaciona ao próprio surgimento da psicanálise: “*O sublime acaso do gênio não explica talvez sozinho que isto aconteça em Viena (...) que um filho do patriarcado judeu tenha imaginado o Complexo de Édipo*” (Ibid., p. 62).

É nesse ponto mesmo, que as simetrias analíticas entre o sociólogo e o psicanalista se extinguem quando constatamos que Lacan radicaliza, em sua área de conhecimento, o diagnóstico que Horkheimer faz em perspectiva sociológica. Ou seja, Lacan decide mensurar as consequências dessa mitigação da figura paterna na própria ordenação psíquica, reconhecendo um grande número de efeitos psicológicos decorrentes do declínio do pai. Este psiquiatra, e posteriormente psicanalista, fala de dentro do seu saber: inquirir a função paterna a partir de um recuo, uma espécie de mais aquém da função político-sócio-econômica escrutinada pelo sociólogo.

Vemos assim, em *A família*, a função paterna abordada a partir de dois referentes reciprocamente relativos, embora irreduzíveis: o declínio social do pai e o conceito de *Complexo de Édipo* freudiano. Utilizando esses dois referenciais, Lacan não só reforça sua observação a respeito da aparição da psicanálise como estando associada às formas de neurose dominantes e estando relacionadas às condições de família do fim de século XIX, como também supõe uma relação existente entre eles na qual cada um deles se insere numa especificidade diferente: a especificidade histórica e sociológica, e o saber psicanalítico, respectivamente.

O primeiro referencial, o declínio social do pai, está inserido no contexto de revoluções e pós-revoluções, característico do período em que os especialistas convencionam iniciar a falência da família patriarcal que, durante décadas, foi a forma predominante de organização familiar, na qual o pai era a autoridade em pessoa, uma autoridade incontestável. Lacan se refere a esse declínio como um “*declínio social da imago paterna*” (LACAN, 1987, p. 62), que se manifesta a partir de uma imagem fragilizada, instável e desvalorizada socialmente. A ideia de uma imagem socialmente declinante do pai

pode ser observada no contraste significativo entre o lugar de *status* que gozava o patriarca e o novo lugar, ao qual é alocado o pai da sociedade moderna, reconhecido como desvalorizado, uma vez que o primeiro reina com sua soberania, enquanto que o segundo é forçado a dividir sua autoridade, inicialmente com o Estado, e, posteriormente, em igualdade, com a esposa.

Sua análise sociológica resultava, então, de uma elaboração teórica que levava em consideração a crise da modernidade que afetara a sociedade europeia como um todo no fim do século XIX. Essa crise representava os avanços desmedidos das mudanças decorrentes do período pós-revoluções (Francesa e Industrial), que influenciou tanto a família quanto a organização política, social e econômica da Europa.

A partir do século XVIII, mas sobretudo no século XIX, os movimentos revolucionários, a proletarização, a urbanização e a industrialização contribuíram para modificar sensivelmente as condições paternas. A perda da centralização do poder político e econômico nas mãos do patriarca era acompanhada pela decadência da autoridade paterna na família, alterando cada vez mais o estatuto social da imago paterna.

É a essa simetria entre sociedade e família que Lacan se refere quando menciona o declínio social do pai. Ou seja, o que ocorria no âmbito social, político e econômico, se reproduzia na família de forma a descentralizar, cada vez mais, o poder e a autoridade das mãos do pai. Estudos como os de Roudinesco (2003), de Delumeau (1990), de Ariès (1991), de Tellenbach (1983) e de Therborn (2006), dentre outros, são testemunhos da realidade social e histórica a que esteve exposto o pai de outrora, até chegarmos ao pai de hoje. Esta realidade histórico-social está presente na reflexão lacaniana sobre a falência paterna, igualmente observada por Tellenbach (1983, p. 15):

Que o pai esteja cada vez mais hesitante e inconsistente em sua inteligência, que ele apreenda e realize cada vez menos as potencialidades de sua paternidade, essas são as constatações que procedem de uma longa história; mas é somente no decorrer das últimas décadas que se pode mais claramente tomar consciência dessa situação, a ponto de não ser mais possível recusá-la.

A longa história a que Tellenbach se refere tem início, segundo Roudinesco, no ano de 1789, ano da Revolução Francesa. A historiadora demonstra que o lugar de autoridade reservado ao chefe de família se vê abalado a partir, principalmente, desta revolução. Alguns anos depois, em 1793, para completar, morre guilhotinado, depois da abolição da monarquia, o rei Luís XVI. Fato este que a autora analisa fazendo referência a Balzac: “*Ao cortar a cabeça do rei, dirá Balzac, a Revolução derrubou a cabeça de todos os pais de família*” (Ibid, p. 33). E o sentido, aqui, refere-se à ressonância da ordem política na ordem familiar. Além disso, encontramos nessa afirmação não só a identificação do pai ao rei, esta mesma identificação estabelece algo de simbólico no que diz respeito ao declínio do pai.

Na leitura que aqui propomos, essa correspondência simbólica não passa despercebida por Lacan, assim como a qualidade simbólica do pai diante da crise na modernidade. Se, por um lado, a Revolução Francesa abala a autoridade do pai pela via político-histórica, por outro lado, o assassinato do rei só reforça o declínio dessa autoridade, dando início ao movimento de convergência que gera a erosão da

imagem paterna. O que nos sugere que, a partir da Revolução Francesa, não se pode mais falar do pai da mesma maneira. Isso nos é indicado por Lacan com sua teoria do “*declínio social da imago paterna*” e, posteriormente, com o conceito de *nome-do-pai*, ao qual retornaremos, com o escopo de demonstrar o que foi sugerido acima: o declínio da figura paterna é relativo à função de ordenamento psíquico do sujeito, irredutíveis um ao outro.

Não se pode mais falar do pai da mesma maneira, tanto no que diz respeito à função paterna, quanto no efeito que essa função opera no psiquismo do sujeito. Dito de outro modo, a autoridade com que o pai se confundia não pode ser mitigada sem consequências; quando o rei morre – ele, que é o representante social do pai no cenário da monarquia –, morre também o pai de família, e isso deixa rastros, cicatrizes, que Lacan reconhecerá como um fato suficientemente forte para reproduzir efeitos psicológicos. Mais do que efeitos psicológicos, o próprio Lacan reconhece aí o próprio surgimento da psicanálise. Voltaremos a esse ponto. As mudanças são inúmeras, e todas elas deixam marcas significativas na família, a ponto de reconfigurar o estatuto do pai, particularmente em perspectiva psicológica.

Quando Ariès retrata a realidade da família entre o período que vai da Revolução Francesa à Primeira Guerra, ele não deixa de destacar o fato de existirem limites ao poder do pai, “...*definidos pelo direito ou impostos pelas resistências crescentes que se erguem contra ele*” (ARIÈS, 1991, p. 131). A Revolução Francesa, entretanto, não trouxe apenas mudanças no ambiente familiar. Antes de estabelecer limites à figura paterna, víamos a ascensão da classe social burguesa se impor ao absolutismo monárquico.

Quando o rei é destituído de seu poder, pondo fim à monarquia francesa, resultando no surgimento de outra classe dominante – a burguesia – vemos o pai, igualmente, sendo pouco a pouco destituído de sua magnitude. Magnitude que se encontra no fato de ser igualado não apenas ao rei, mas também a um Deus. “*Heróico ou guerreiro, o pai dos tempos arcaicos é a encarnação familiar de Deus, verdadeiro rei taumaturgo, senhor das famílias*” (ROUDINESCO, 2003, p. 21). Ele exercia o poder sobre a família, no direito de vida e morte sobre o filho e no dever de obediência que impunha à mulher. Sua autoridade era inquestionável. Ratifica Delumeau: “*É bem certamente a Deus o Pai, origem de toda paternidade terrestre, que devemos remontá-lo*” (DELUMEAU, 1990, p. 131).

Nessa correspondência entre os dois personagens, Deus e pai – mas também rei e pai –, parece haver uma preocupação dos autores, inclusive do próprio Lacan, em sugerir que algumas condições, das quais destacamos as simbólicas, estão sendo criadas para pensar a família burguesa, ordenada por um pai menos potente. O testemunho de Delumeau (Idem, p. 237) nos indica o caminho nessa indagação:

Isso se verifica particularmente no sec. XVIII, mais precisamente de 1750 à Revolução, período marcado por um superinvestimento da imagem paternal dentro dos domínios (social, filosófico, político, simbólico e estético). O que existe de início a compreender para o historiador, é o estranho dessa onipresença. Como o tema pai pode inspirar e apaixonar uma época, [...], ao ponto de se impor como o princípio dominante de uma nova emoção? Essa admiração da paternidade que, para um olhar atual, parece bastante confinado à extravagância tinha, no entanto uma intensa função ativa: a imagem do pai, longe de interessar exclusivamente o retrato privado de um espaço doméstico, importava também à cena, muito mais larga, de um futuro coletivo.

O caminho que Delumeau nos indica, o mesmo que Lacan parece trilhar nas suas próprias reflexões, e que cada autor, a seu modo, sugere, é um caminho que nos leva às condições parentais aqui em foco: as condições simbólicas. É destacada a dimensão simbólica do pai relativamente ao seu papel familiar, à sua personalidade e à sua imagem social. Não é o estatuto do pai na sociedade que determinará sua função na família, mas sim a sua função simbólica - este parece ser o vetor que orienta as leituras dos especialistas. Função esta que não diz respeito ao autoritarismo ou a uma posição social de poder, mas àquilo que a psicanálise elabora sob o nome de *Complexo de Édipo*, que se encontra como segundo referencial lacaniano na sua abordagem da função paterna. O *Complexo de Édipo* se constitui como uma forma de valorização do pai diante da crise que se impunha; uma valorização eminentemente simbólica, parece que é justamente nesse ponto que reside a associação que Lacan faz entre o surgimento da psicanálise e o declínio da autoridade paterna.

A abolição da monarquia, portanto, “*longe de resultar no crepúsculo da paternidade, [...] gerou, na sociedade do século XIX, uma nova organização da soberania patriarcal*” (ROUDINESCO, 2003, p. 37), que se revelava, por um lado, no surgimento de uma ciência psicológica, que, de alguma forma, tentava assegurar um lugar de destaque para o pai dentro da família, e, por outro lado, no domínio social e político, se revelava não só pelo surgimento da nova classe emergente, mas também pela constituição de um novo Estado. Se antes o Estado estava submetido à monarquia absolutista, com a morte do rei e conseqüente fim da monarquia, o Estado passa a ser dirigido pelos revolucionários, que atacavam frontalmente os interesses do Antigo Regime. Entre esses interesses, tem destaque a família patriarcal.

Além de controlar os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Estado surgia com uma nova função, a de regulador da autoridade paterna. Delumeau, por sua vez, coloca em relevo a regulação do pai pelo Estado, destacando os escritos de alguns pensadores da época, a exemplo de Le Play e Proudhon, que consideravam necessária e indispensável a valorização do pai no seio da família¹. Para tanto, “*convinha reforçar e proteger o que o pai representa: ‘a expressão de uma razão superior, mais apta que os outros a julgar os justos e injustos.’*” (GUIZOT² apud DELUMEAU, 1990, p. 335).

Além de regulador da autoridade paterna, o Estado se constituía, portanto, numa representação do pai de outrora, o pai do Antigo Regime. No entanto, esse pai de outrora se encontra agora submetido a outra autoridade, a do Estado. Nessa nova sociedade, o pai, autoridade moralmente aceita, é, antes de tudo, sujeitado, ele também, a uma lei. Essa lei que o Estado estabelece designa, inclusive, o papel a ser desempenhado pelo pai no interior da família, fato nada negligenciável frente a um cenário imediatamente antecedente que o dotava de uma competência despótica para tratar, deliberar, manejar, orientar decidir sobre as coisas da família. Há como que um *tournelement*: sua autoridade, antes auto-referida, agora tem a tutela do Estado. Isso não se passa sem conseqüências. Na perspectiva aqui privilegiada, entretanto, cabe analisar por que o

1 . Valorização esta que Freud, de certa forma, estabeleceu com o seu conceito Complexo de Édipo, e Lacan, como sua teoria do *nome-do-pai*. O primeiro tema será melhor debatido na sequência das reflexões na introdução, enquanto que sobre o *nome-do-pai* foi reservado um capítulo específico.

2 . François Pierre Guillaume Guizot: Primeiro Ministro da França. Mandato de 1847 a 1848.

declínio do pai é tão relevante para Lacan. É no debate desse elemento constitutivo do problema que adquire logicidade a relação existente entre os dois referenciais bricolados acima: o declínio do pai e o *Complexo de Édipo*, conforme a analítica de Lacan.

Por um lado, “*um grande número de efeitos psicológicos*” (LACAN, 1987, p. 62) correspondentes às neuroses contemporâneas resultava da imagem desvalorizada do pai, corolário da reordenação dos sistemas sociais patriarcais. Por outro lado, observa que o *Complexo de Édipo* surgia como resposta às neuroses do mundo contemporâneo. O *Complexo de Édipo* “*é o nó da maior parte das neuroses*” (Ibid, p. 62) e “*define mais particularmente as relações psíquicas na família humana...*” (Ibid., p. 45).

O poder do patriarca de outrora se desloca para a autoridade na família patriarcal. A partir do século XIX, destituído de alguns de seus direitos e submetido a outra autoridade, a do Estado, o pai deixa de ser o único depositário do poder sobre a família, perdendo seu lugar de rei. Essa ocorrência reverbera, na analítica de Lacan, na sua constatação do adoecimento psíquico na esfera familiar e individual; adoecimento este que ele relacionou às desordens edípicas familiares. O que Lacan propunha com essas afirmações? O vetor indica para a relação existente entre a dinâmica edípica do sujeito associada com as novas formas da organização familiar da modernidade, que, por sua vez, se encontram fundadas na figura de um pai destituído da autoridade de outrora, ou seja, um pai fragilizado socialmente.

A originalidade de Lacan, segundo o presente recorte, reside, justamente, em perceber que a perda da potência do *pater autoritas* não corresponde, em nenhuma hipótese, à irrelevância da função paterna na ordenação mental dos sujeitos humanos. Se ela é imprescindível, deve haver uma outra maneira de abordá-la, de resgatá-la, de revalorizá-la. Segundo Roudinesco (2003, p. 111), partindo do pressuposto lacaniano: “*A revalorização do pai não podia ser senão simbólica*”. Daí a compreensão do *Complexo de Édipo* freudiano como uma estrutura simbólica, acrescentando em 1953 o conceito de *nome-do-pai* como designativo de uma abordagem simbólica do pai dentro da família moderna.

O conceito de *nome-do-pai*, que surge na obra de Lacan a partir de 1953 como correspondente da função paterna, embora se assente nas ideias de Freud, faz nelas uma escansão. Esse conceito tem suas raízes na ideia de um declínio social da imago paterna (LACAN, 1938), mas, principalmente, na ousadia em reler Freud a partir de 1950, pelas lentes da Antropologia Estrutural de Claude Lévi-Strauss, depositando no conceito de *nome-do-pai* o aspecto simbólico da função paterna. Apesar da importância que tem a Antropologia na elaboração desse conceito lacaniano, e consequentemente em toda a analítica de Lacan a partir de 1950, o recorte privilegiado nesse artigo se desloca mais precisamente à exigência da função paterna no ordenamento psíquico dos indivíduos em sua relação com o declínio da imagem do pai que Lacan aborda em 1938. Façamos um recuo nessa perspectiva, para compreender a exigência que se faz de uma função simbólica na organização subjetiva.

EXIGÊNCIA DA FUNÇÃO PATERNA NA ORDEM PSÍQUICA

Ao questionar o declínio da função simbólica do pai, na trilha da proposição lacaniana, reafirmamos a exigência do *Complexo de Édipo* para que se pense o ordenamento subjetivo, tendo em vista que

é a partir desse conceito que Lacan pensa a função paterna exercendo seus atributos no perfilamento psíquico do sujeito. Embora Lacan relacione o surgimento deste complexo ao declínio social da imago paterna, ele conserva em sua reflexão a convicção de que, sem o *nome-do-pai*, sem a condição intrapsíquica que possibilita a ordem subjetiva, os riscos apontam ali no horizonte. Lacan propõe que o nascimento da psicanálise ocorre a partir da crise da realidade social declinante do pai. E esse fato sócio-cultural não ocorrerá sem consequências. Conforme suas palavras:

Seja qual for o futuro, este declínio constitui uma crise psicológica. Talvez seja a esta crise que se torna necessário relacionar a aparição da própria psicanálise. O sublime acaso do gênio não explica talvez sozinho que isto aconteça em Viena – nessa altura centro de um Estado que era o melting pot das formas familiares mais diversas, das mais arcaicas às mais evoluídas, [...] – que um filho do patriarcado judeu tenha imaginado o Complexo de Édipo (LACAN, 1987, p. 62).

Aqui, Lacan afirma claramente sua tese do nascimento da psicanálise ligado à emergência de uma crise psicológica deduzida do declínio social da imagem do pai. Ou seja, para Lacan, a psicanálise nasce como resposta, como enfrentamento dessa crise. Só que ao constatar a crise psicológica a que estamos expostos com o declínio da imagem social do pai, Lacan não só percebe os riscos deste declínio para a ordem social como também identifica os efeitos nocivos para o ordenamento psíquico do sujeito. Para ele, a invenção da psicanálise não poderia solucionar a crise que eclodia nem, tampouco, resgatar a autoridade do patriarca dentro da família, mas poderia oferecer-se como um dispositivo simbólico de ordenação psíquica, apesar da crise social do pai – daí seu conceito de *nome-do-pai*, como aquele que estabelece as funções estruturantes do sujeito.

Lacan entendia a descoberta da psicanálise como estando relacionada às novas e diversas configurações familiares que surgiam na Viena do fim de século XIX, mas que podiam ser observadas também em outras partes do mundo, a exemplo da própria França, palco da revolução que, como vimos, Roudinesco reconheceu como o estopim do declínio do pai. Nas palavras da historiadora: “A dominação do pai permaneceu portanto constante até o final do século XIX, a despeito da ruptura da Revolução de 1789, que lhe deu o golpe de misericórdia” (ROUDINESCO, 2003, p. 29). Nessa perspectiva, Zafiropoulos (2001, p. 30) compreende que:

...a psicanálise produz um continente epistemológico próprio a dar conta do funcionamento da família, do desenvolvimento psíquico dos sintomas e das crises psicológicas onde um dentre eles teria (talvez), segundo Lacan, permitido a descoberta do Complexo de Édipo.

Apesar da assertiva de Zafiropoulos, Lacan fez mais do que simplesmente propor uma simetria entre a crise social e a crise psicológica. Embora Lacan saiba que há, na crise psíquica, os riscos patológicos que batem à porta sem o pai cumprir as suas funções, do ponto de vista simbólico, o fato de o pai não cumprir o seu papel como representante da ordem social não equivale a ser dispensável na fundação dessa mesma ordem psíquica. Em outras palavras, apesar de identificar um declínio da imagem social do pai, Lacan não dispensa a necessidade e a possibilidade de existir uma função paterna na representação psíquica dos sujeitos. Só que ele observa nessa função

do pai, imprescindível para a subjetivação, a influência do declínio de sua imagem.

Desta forma, apesar da polêmica afirmação de Lacan quanto ao surgimento da psicanálise, a ênfase recai, não no nascimento desse campo do saber, mas sim nos efeitos psicopatológicos procedentes das novas formas familiares. É o que podemos constatar na sequência do texto de 1938:

Seja como for, são as formas de neuroses dominantes no fim do século passado que se revelaram ser intimamente dependentes das condições de família.

Estas neuroses, desde o tempo das primeiras adivinhações freudianas, parecem ter evoluído no sentido de um complexo caracterial onde [...] se pode reconhecer a grande neurose contemporânea. A nossa experiência leva-nos a designar aí a determinação principal na personalidade do pai, sempre faltando de certo modo ausente, humilhada, dividida ou artificial (LACAN, 1987, p. 62).

O teor da afirmação de Lacan é ainda mais grave, pois ele deposita na nova versão do pai – destituído da autoridade da família patriarcal – o surgimento dos sintomas contemporâneos. Dito de outro modo: para Lacan, os sintomas neuróticos são o reflexo das formas de família dominantes e, portanto, intimamente ligados à fragilidade da figura paterna. Ele reconhece não apenas o declínio social da imagem do pai, decorrente das transformações familiares de ordem social, política e econômica, transformações vicejantes no período pós-revolução, mas aquilo que salta aos seus olhos são os efeitos desse declínio sobre a saúde psíquica do sujeito que vê a liquefação da imagem paterna se realizar e, portanto, o ponto de apoio na realidade com o que é possível compor as representações psíquicas. Mais do que isso: na perspectiva da investigação aqui desenvolvida, o salto qualitativo de Lacan reside em sua anunciação de que é a relatividade da realidade edípiana, determinada pelo que ele denominou em 1950 de “*condições sociais do edipianismo*” (LACAN, 1998c, p. 137), que detona a própria fragilização psicológica do sujeito. Essa ideia colabora com a “*relatividade sociológica*” em que foi apresentada a posição de Lacan em contraste com a universalidade implicada na proposta freudiana do *Complexo de Édipo*.

Agora, retomemos a argumentação para lhe conferir outro sentido, qual seja: o avanço lacaniano se radica no fato mesmo de reiterar a exigência de uma função psíquica ser efetivada, a despeito de o seu suporte imaginário – a imagem social do pai – não ter mais sustentação. Em outros termos: para Lacan, o vazio do lugar do pai no espaço social é danoso para o ordenamento psíquico. Não obstante, o psíquico não é um mero espelho da realidade e, portanto, a função paterna, em certa medida, pode ser exercida com ou sem imagem paterna social correspondente. Vejamos a lógica da sua argumentação.

Ao observar alterações no quadro clínico das neuroses de uma época para outra, ou seja, do início das adivinhações freudianas – momento de surgimento da psicanálise – até o período no qual Lacan formula suas elaborações, ocorreram mudanças sintomatológicas nos quadros neuróticos, a ponto de ele reconhecer os sintomas de sua época como neuroses contemporâneas. O que Lacan demonstra nesse texto é a relação entre os sintomas e a realidade social de cada momento histórico. As modificações políticas e econômicas desencadeiam mudanças nas organizações familiares que alteram as relações entre seus membros e o papel que cada um desempenha no

enredo familiar e, conseqüentemente, a organização mental desses sujeitos. Considerando que o *Complexo de Édipo*, como nos disse Lacan (1987), define as relações psíquicas na família humana, são essas relações que sofrem modificações, resultando em novas formas de neurose. Na metapsicologia freudiana, o esquema permite ir até aqui. Em Lacan, outra coisa mais sutil se esgueira, a saber, que os tipos de sintoma que surgem em cada momento histórico são reflexos do tipo de sociedade na qual o sintoma se manifesta.

Aqui Lacan se refere mais exatamente à família conjugal de Durkheim. Há uma forte influência deste sociólogo nos primeiros trabalhos realizados por Lacan. Essa influência foi bastante lembrada e analisada por Zafiropoulos em seu livro *Lacan et les sciences sociales* (2001). Desde a introdução, parece que Zafiropoulos quer deixar bem claro a participação de Durkheim nos ensinamentos de Lacan de 1938 a 1953, ou seja, os anos anteriores à retomada estruturalista da obra freudiana. É o que constatamos na sua afirmação:

Lacan durkheimiano?

Sim, pois antes de Lévi-Strauss se encontrava bem Durkheim no coração dos aportes sociológicos de Lacan que formulava desde 1938 – em seu artigo sobre a família incluindo a aula de Durkheim – a tese do ‘declínio da imago paterna’, tese que deduz da lei de contração familiar de Durkheim o empobrecimento da potência identificatória das famílias e a degradação do Complexo de Édipo não assegurando mais a harmoniosa maturação subjetiva e social dos filhos (e das filhas) (ZAFIROPOULOS, 2001, p. 10).

Segundo Durkheim (1921), a família conjugal “*resulta de uma contração da família paterna*” (p. 4), não compreendendo, portanto, mais que o marido, a mulher, as crianças menores e os filhos (e filhas) solteiros. A lei de contração, de onde provém, segundo Zafiropoulos (2001), a tese lacaniana do declínio da imago paterna, é definida por Durkheim como resultado natural das mudanças do meio social, pois:

De fato, o estudo da família patriarcal nos tem mostrado que a família deve necessariamente se contrair à medida que o meio social, com o qual cada indivíduo está em relação imediata, se estende mais. Pois, quanto mais ele é restrito, melhor ele está em estado de se opor ao que as divergências particulares fazem aparecer; em seguida, essas só podem se manifestar quando são comuns a um grande número de indivíduos para fazer efeito de massa e triunfar a resistência coletiva. [...] Ao contrário, à medida que o meio torna-se mais variado, deixa mais livre em jogo as divergências privadas, e, por consequência, aquelas que são comuns a um pequeno número de indivíduos deixam de ser contidos, podem se produzir e se afirmar (DURKHEIM, 1921, p. 7-8).

Nessa sociedade proposta por Durkheim, não é necessário que as divergências particulares sejam representadas por um grupo grande para ter efeito sobre as regras impostas pelas autoridades. Ou seja, um indivíduo pode, isoladamente, se opor às leis e normas sociais, se eximindo de seguir aquilo que se impõe a ele como proibição. Reiterando esse detalhe, os indivíduos ficam, assim, mais livres das restrições, das regras dos seus representantes sociais, como afirma SINGLY (2007), comentando o trecho transcrito acima, em que ele também analisa a “*família conjugal*” de Durkheim. Essa liberdade

repercute no ambiente familiar de tal forma que promove nas sociedades uma espécie de anomia ou mesmo a ausência de moral dentro da família conjugal. É o que Durkheim anuncia em seu texto: “*Não há sociedade moral onde os membros não têm obrigações uns em relação aos outros [...] É então uma sociedade amoral*” (DURKHEIM, 1921, p. 13).

Ao se tornar possível que um indivíduo isolado manifeste suas divergências se opondo às normas sociais, ele pode igualmente se opor ao grupo familiar como personalidade libertada deste grupo, acentuando cada vez mais suas divergências individuais. Dito de outro modo, se o sujeito isolado não encontra oposição nem regras que lhe deem limites, que restrinja seus atos, certamente ele fica livre para agir segundo seus desejos e suas crenças. A família, que deveria fornecer esses limites, ao se constituir como ambiente de referência das regras e leis sociais, deixa de ser obstáculo às ações desregradadas dos sujeitos isolados e, dessa forma, influencia as condutas dos indivíduos desde a infância nesse contexto de amoralidade. Quanto a isso Durkheim (1921, p. 13) dá seu parecer: “*É que elas não crescem em um ambiente moral*”.

Embora seduzido pela semântica sociológica, Lacan está convencido de um aquém que é necessário elucidar, nesse campo em que o pai falta. Lacan não retoma simplesmente Durkheim. O social é importante, sim, na reflexão de Lacan, mas como superfície de projeção das representações que dele o sujeito compõe. Que o determinismo social de Durkheim se insira de certa forma na letra de Lacan, não quer dizer que Lacan estenda esse determinismo aos processos psíquicos. É aí que vemos o *nome-do-pai* como eixo simbólico que permite ao sujeito, apesar da sociedade amoral em que se desenvolve, como o quer Durkheim, ter uma estruturação subjetiva.

Desta forma, a lei de contração familiar que tenta aproximar e circunscrever a família no seu núcleo biológico, assim como a valorização do indivíduo em prol do grupo que essa contração promove, teria produzido as circunstâncias sociais anômicas que se opõem “*à harmoniosa incidência do Complexo de Édipo sobre o progresso narcísico e a formação do eu*” (ZAFIROPOULOS, 2001, p. 80). A questão é ainda mais delicada do que parece. Por um lado, temos o Complexo de Édipo que tem por função integrar o sujeito à realidade, fazendo-o reconhecer as regras e leis que guiam o funcionamento da sociedade e as relações entre seus membros, contendo, dessa forma, o comportamento narcisista do sujeito que compromete sua integração às normas do mundo social e, conseqüentemente, a formação do próprio eu como unidade separada da realidade externa. Por outro lado, temos uma realidade social em que a ausência de leis ou normas de organização que prevalece interfere na contenção da atitude narcisista, uma vez que ela promove essa espécie de valorização do indivíduo, ou seja, esse individualismo que tanto os autores da contemporaneidade (LIPOVETSKI, 1983; SINGLY, 2007; ZAFIROPOULOS, 2001) debatem à exaustão.

A título de exemplo, em *L'ère du vide: essais sur l'individualisme contemporain* (1983), Lipovetsky se propõe a desvendar as mutações históricas do nosso tempo, dando destaque ao individualismo que constata prevalecer na contemporaneidade. Segundo ele, a lógica individualista favorece certos tipos de valores sociais que visam à realização pessoal em detrimento da subordinação individual às regras coletivas tendendo “*a instituir um ambiente de proximidade, de ritmo e de solicitude liberada do registro da lei*” (Ibid, p. 25). Se somos liberados do registro da lei, estamos liberados

da instância que representa o pai, lei que se pretende primordial – a proibição do incesto – e que se encontra atrelada à função que o pai desempenha, aquela que insere o sujeito na dimensão social, no pensamento simbólico, possibilitando ao sujeito realizar a significação do próprio eu e da própria realidade.

É inevitável, portanto, que, ao liberar o registro da lei, ocorra o que Lipovetsky (Ibid, p. 15), definiu quanto aos sujeitos da sociedade atual, sempre “...*ávidos de identidade, de diferença, de conservação, de diminuição de tensão, de realização pessoal imediata.*...”. A identidade e a diferença dependem do processo que o Édipo pretende abarcar, pois são nas relações psíquicas do complexo familiar edipiano que as identidades e as diferenças podem se estabelecer. A identidade é uma forma de significação de si mesmo, é uma maneira de dar sentido ao próprio eu, de ser alguém no mundo.

É verdade que não podemos falar de identidade sem considerar a diferença, pois a identidade do sujeito decorre de um jogo que ele estabelece entre o eu e o outro, um jogo que se opera através da diferença entre pares opostos de qualidades do objeto, como por exemplo, gordo e magro, alto e baixo, fora e dentro. Ou seja, é sempre através da distinção e, portanto, da diferenciação entre duas coisas, entre duas pessoas, que o sujeito pode definir seu próprio eu e sua própria identidade. É assim, dentro desse jogo de diferenciação, que a lei se enraíza, corroborando na construção das identidades pessoais. Vale lembrar que a lei não se restringe à organização social, mas principalmente diz respeito à organização dos indivíduos dessa sociedade, como ele se constitui, se organiza e funciona.

A falta de identidade e diferença surge, portanto, como um resultado inevitável da liberação da lei que a lógica individualista acaba por promover. Se há falta de um, conseqüentemente, evidenciamos a ausência do outro. O declínio da função paterna envereda exatamente por essa falta de identidade. Se não há identidade é por não haver significação, e, se não há significação, é por não possuir no sistema psíquico do sujeito uma função paterna, aquela que permite ao sujeito significar as coisas à sua volta, desenvolvendo um conhecimento integrado à realidade do mundo social e simbólico do qual faz parte.

Para concluir, se trata da fragilização da lei do pai, que encontramos nas variações contemporâneas da neurose, que se expressam através das mudanças sintomatológicas nos quadros neuróticos – que vão desde uma depressão leve até atos delinquentes e perversos³. A psicanálise detectou “...*tensões relacionais que parecem desempenhar em todas as sociedades uma função basal.*...” (LACAN, 1988c, p. 129). Essas tensões relacionais descobertas pela psicanálise, acredita Lacan, são consideradas, num texto de 1950, como dependentes do *Complexo de Édipo*. Esse texto é convocado aqui como testemunho da reverberação das hipóteses lacanianas de 1938, mais exatamente o artigo *A família* (1987). A tese de uma dependência entre as tensões relacionais e o *Complexo de Édipo* pode ser identificada em 1950, a partir da expressão “*tensões oriundas do edipianismo*” (LACAN, 1988c, p. 134).

Notemos que, na sequência do texto de 1950, Lacan (1988c) afirma que as tensões relacionais edipianas só se tornam patogênicas nas sociedades onde a própria situação familiar se encontra desintegrada. Ela depende do social, por um lado, mas principalmente do ambiente familiar. Em outras palavras, o social influencia de certa forma a conjuntura familiar, mas é na relação familiar que a

³ Não se trata aqui da estrutura perversa, mas sim de condutas perversas de sujeitos neuróticos.

constituição subjetiva vai se definir em saúde mental ou psicopatologias. É por essa via que autores da psiquiatria, como Jean Bergeret (1992), apreendem a exposição do sujeito ao adoecimento psíquico. Em suas palavras:

Qualquer que seja de fato a importância indiscutível das pressões e dos obstáculos exteriores, a experiência clínica mostra que a atribuição dos fatores sociais permanece sempre secundária em relação aos componentes específicos da personalidade de base do sujeito (BERGERET, 1992, p. 15).

Os aspectos sociais, que podem ser desde uma mudança de endereço, ou uma perda amorosa, até a automação dos meios de produção, mostram-se sempre secundários quanto aos possíveis efeitos sobre o sujeito em relação à estruturação psíquica do mesmo, que se estabelece no enredo edípiano. Ou seja, cada um reage aos aspectos sociais de acordo com as linhas de força ou de fraqueza da constituição psíquica que a família lhe oferece desde sua infância e sua adolescência, bem antes do evento social acontecer. Segundo Bergeret (1992, p. 17):

O aporte social exterior não pode operar funcionalmente e estruturalmente sobre o indivíduo a não ser que essa ação se encontre metabolizada por uma passagem real no nível da relação com os pais. [...] Sem essa metabolização, os ecos exteriores agem, certos, mas fracamente; depois desse aporte eles apóiam seletivamente sobre os êxitos ou as falhas da ação parental em se contentando de colorir mais ou menos vivamente em superfície.

Sua afirmativa nos indica para a aposta na relação familiar. Ou essa relação, que deve transmitir ao sujeito a mensagem social – o funcionamento da sociedade com suas normas e leis – permite à criança adquirir pouco a pouco um modo de estruturação estável e definitiva, ou bem essa relação parental é verificada incapaz (BERGERET, 1992). Mas é sempre em primeiro plano a relação familiar que está em questão, que define mais exatamente a estruturação do sujeito e, portanto, sua vulnerabilidade aos eventos sociais. Se ocorre a metabolização do aporte social, ou seja, se a mensagem social é transmitida na relação parental, o sujeito pode adquirir a estruturação desejável. Mas, se por outro lado, não ocorre a metabolização, o que significa dizer que se os pais não foram suficientemente propulsores da inserção do indivíduo no contexto social, nas regras e normas da sociedade, então o sujeito recorre ao aporte social. Entretanto, este não pode se oferecer como apoio estável, resta apenas apelar para os acertos e os erros das atitudes parentais como modelos fragilizados de comportamento socializado.

Se considerarmos as contribuições lacanianas a partir da afirmação de Bergeret, a relação familiar edípiana estaria, então, dentro de um processo que inviabiliza a estruturação estável e definitiva do indivíduo, pois, de acordo com Lacan (1988c), o que se observa na contemporaneidade são os efeitos psicopatológicos oriundos das tensões do edipianismo. Segundo ele, “*A manifestação psicopática pode revelar a estrutura da falha...*” (LACAN, 1988c, p. 134). Entendamos aqui como falha do Édipo. Um Édipo que falha em socializar o indivíduo, em inserí-lo nas regras e normas sociais. Na contemporaneidade, essa falha se manifesta através dos sintomas neuróticos contemporâneos que Lacan (1987, p. 62) identificou como

determinada pela personalidade do pai “*sempre faltando de certo modo ausente, humilhada, dividida ou artificial*”.

Nesses dois artigos, um de 1938 e outro de 1950, encontramos um Lacan que faz do Édipo uma variável em que a produção dos sintomas patogênicos depende da conjuntura familiar influenciada pela realidade social de seu tempo. “*A fecundidade subjetiva e social do edipianismo não é estável*” (ZAFIROPOULOS, 2001, p. 59). Essa afirmação não é sem contexto. Ela não é estável porque, desde seu nascimento, encontramos a ausência de leis ou normas de organização, no centro das condições sociais de onde surgiu o *Complexo de Édipo*, favorecendo, portanto, a reprodução desta anomia na transmissão da mensagem social pela relação parental.

A relação entre as mudanças sócio-históricas e o declínio da função simbólica do pai consiste num círculo vicioso em que temos como mola propulsora a imagem do pai decadente, pois, a partir do momento em que o pai passa a ser contestado na sua autoridade e no seu poder, aquilo que essa autoridade exigia ou representava, quer dizer, a lei, a regra social, a organização psíquica, entra não só em questionamento, mas também em instabilidade, visto que a família edipiana, como meio de difusão dos aportes sociais, propaga essa mesma fragilidade que funda seu nascimento.

Em outras palavras, o declínio da função paterna parece ser o resultado inevitável do declínio da imago social do pai que ocorreu em fins do século XIX. A imagem degradada do pai, juntamente com as outras consequências das revoluções, conduziu as sociedades para uma nova maneira de se organizar e se orientar, em que prevalece a deterioração cada vez maior de qualquer tipo de lei ou norma que pretenda inserir o sujeito numa situação de subordinação ou de restrição, o que afetou, conseqüentemente, a organização psíquica dos sujeitos.

Lacan nos oferece uma diagnose dessa realidade em declínio, sustentando que, com a imagem desvalorizada do pai, a função paterna mostra-se sempre frágil naquilo a que se propõe realizar, a saber, a estruturação psíquica. No entanto, ela ainda pode produzir seus efeitos ordenadores, a despeito da sua fragilidade, mas uma ordenação que leva em si a marca de sua origem, isto é, a imagem declinante do pai.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA:

ARIÈS, P. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

BERGERET, J. *La dépression et les états limites*. Paris: Éditions Payot, 1992.

DELUMEAU, J.; ROCHE, D. (org.). *Histoire des pères et de la paternité*. Paris: Larousse, 1990.

DURKHEIM. *La famille conjugale* (1892). *Revue philosophique*, 90, 1921, p. 2-14. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/textes_3/textes_3_2/famille_conjugale.pdf>. Acesso em: 28 Outubro 2009.

HORKHEIMER, M. Autoridade e Família. In: *Teoria crítica I*. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 175-236.

HURSTELS, F. *As novas fronteiras da paternidade*. São Paulo: Papirus, 1999.

LACAN. *A família* (1938). Lisboa: Assírio & Alvim, 1987.

_____. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia (1950). In: *Escritos*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1998c. p. 127-151.

LEBRUN, J.-P. *Um mundo sem limite*. Ensaio para uma clínica psicanalítica do social. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

LIPOVETSKY, G. *L'ère du vide: essais sur l'individualisme contemporain*. Paris: Éditions Gallimard, 1983.

ROUDINESCO, E. *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SINGLY, F. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

TELLENBACH. *L'image du père dans le mythe et l'histoire*. Paris: P.U.F., 1983.

THERBORN, G. *Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 511.

ZAFIROPOULOS, M. *Lacan et les sciences sociales*. Paris: P.U.F., 2001.

_____. La fonction symbolique et la théorie du sujet selon Sartre, Lévi-Strauss et Lacan: retour aux sources et actualité. In: *Actualités de la fonction symbolique* (dir. ASSOUN, P-L.; ZAFIROPOULOS, M.). Paris: Economica, 2007. p. 1-15.